

## Referências

BASBAUM, L. *História sincera da república vol.2*. 4ª ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1981.

\_\_\_\_\_. *História sincera da república vol. 3*. 4ª ed. São Paulo: Editora Alfa- Ômega, 1976.

CARONE, E. *A Segunda República*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

PEREIRA, A. *Ensaios históricos e políticos*. São Paulo: Editora: Alfa-Omega, 1979.

SALGADO, P. *Obras completas vol. IX*. São Paulo: Editora das Américas, 1955.

SCHWARTZMAN, S. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1984.

SODRÉ, N. W. *Formação histórica do Brasil*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1976.

\_\_\_\_\_. *História da burguesia brasileira*. 4ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1983.

TRINDADE, H. *Integralismo, o fascismo brasileiro na década de 30*. 2ª ed. São Paulo: Difusão Editorial S.A., 1979.

## ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO PNE E REPRODUÇÃO DO CAPITALISMO

*Iara Saraiva Martins*

UFC

E-mail: saraiva.iara@yahoo.com.br

*Francisco Raphael Cruz Mauricio*

UECE

E-mail: raphaelcruzcs@gmail.com

### Introdução

A compreensão da educação deve abarcar o entendimento de que a mesma é um processo determinado pelas relações capitalistas em que nossa sociedade se insere. O seguimento em que se concebem as políticas educacionais, a estrutura e o planejamento de ensino a ser seguido por um país, acompanham as necessidades de acumulação do capital.

Portanto, é notório o compromisso de políticas públicas com a formação de um trabalhador que atenda às possibilidades de reprodução da dominação da classe que detém os meios de produção, sobre a classe que apenas possui sua força de trabalho. Nessa direção, deve-se ter a perspectiva de pesquisar a raiz das políticas governamentais e observar a quem estas privilegiam.

Nosso trabalho pretende apontar, a partir de uma pesquisa de cunho qualitativo, o contexto histórico em que se constituiu o PNE desde a década de 1930 à formulação contemporânea e seu condicionamento às mutações do capita-

lismo. A hipótese que pretendemos evidenciar diz respeito a relação histórica do PNE com uma educação voltada para a reprodução do capital. A partir do atrelamento da educação brasileira ao Banco Mundial, identificaremos os mecanismos necessários à manutenção do capitalismo presentes na formulação do Plano Nacional de Educação.

Dessa forma, nos apoiamos em uma bibliografia que possibilitou aporte teórico para analisar a conjuntura em que se constitui o PNE. Para tanto, embasamos nossa pesquisa através dos estudos de Demerval Saviani (1999), (2010), Roberto Leher (1998), Justino de Sousa Júnior (2010), Giovanni Alves (2008), e outros pesquisadores que contribuem com o desvelamento das relações capital-trabalho-educação amparados no materialismo dialético, nos ajudando a aprofundar o conhecimento de nosso objeto de estudo de maneira radical e crítica.

### Antecedentes do Plano Nacional de Educação

Para SAVIANI (1999), os indícios da ideia de Plano Nacional de Educação datam da década de 30, com o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, lançado em 1932. Dessa forma, buscaremos trazer os antecedentes históricos dos pressupostos das bases do pensamento de renovação da educação na década de 30.

O período da República Velha no Brasil foi caracterizado economicamente pela transição do modelo agrário exportador de acumulação de riquezas, para o início da industrialização nos solos brasileiros. O modelo agrário-exportador

conferia um grande poder político aos fazendeiros, que organizavam e reproduziam seu domínio através das oligarquias.

A produção de riquezas no Brasil era, portanto, controlada pelos fazendeiros e garantida pelo trabalho camponês e pela acumulação de extensas faixas de terra por parte da burguesia latifundiária. Nessa direção, a educação não priorizava a especialização de mão de obra, uma vez que o trabalho e a economia eram essencialmente agrários.

No período da expansão cafeeira, o campo da política era dominado, como dito antes, pelas oligarquias. No sentido de proteger os grandes fazendeiros de café era instituída a “Política dos Governadores”, quando o poder federal dividido entre os estados que eram os maiores produtores: São Paulo e Minas Gerais, era apoiado pelas oligarquias dos demais estados através da troca de favores.

Nessa direção, percebemos a orientação que pautava a ideia de desenvolvimento do Brasil, sob a batuta da burguesia industrial, onde o povo deveria ser guiado pela “inteligência esclarecida” (SAVIANI, 2010, p. 312).<sup>1</sup> Importante se faz observar, que o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” surge imbuído da necessidade de reproduzir e dar corpo ao Nacional Desenvolvimentismo<sup>2</sup>, validando a exploração do operariado fabril pela racionalização do trabalho.

<sup>1</sup> Na atualidade, a ideologia Nacional desenvolvimentista tenta justificar as expulsões de moradores de comunidades próximas as obras necessárias a recepção da copa de 2014, em prol do incremento do comércio, do aumento do emprego temporário e precarizado.

<sup>2</sup> Nacional Desenvolvimentismo vem a ser “a ideologia de superação do subdesenvolvimento nacional com base numa estratégia de acumulação de capital na indústria. (...) Projeto de industrialização apoiada e planejada pelo Estado” (BIELSCHOWSKY, p. 247-250. 1988).

Percebemos que o primeiro arremedo de Plano Nacional de Educação esteve imbricado à ótica do pensamento escolanovista, assim, a necessidade de um PNE esteve relacionada à crença da educação enquanto elemento necessário ao desenvolvimento do Brasil como potência industrial. Portanto, o PNE nascia já comprometido com a ideologia Nacional Desenvolvimentista.

Os chamados “Pioneiros da Educação nova”, indivíduos assim chamados por redigirem o manifesto que traduziria as novas demandas educacionais do país, impulsionaram mais tarde a primeira Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira. Antes disso, o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, segundo SAVIANI (1999), já falava em um plano de metas que pudesse operacionalizar os aspectos políticos e filosóficos do pensamento escolanovista.

Esse entendimento influenciou, por certo, a constituição brasileira de 1934, cujo artigo 150, alínea a) estabelecia como competência da união a fixação de um Plano Nacional de Educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos”. (1999, p.76)

Devido à ditadura do Estado Novo, decretada em 1936 e tendo como ator principal Getúlio Vargas, o processo de elaboração do PNE foi retardado para dezembro de 1961, em concomitância com a aprovação da LDB, sendo este PNE elaborado por Anísio Teixeira (SAVIANI, 2010). Nesse primeiro pulsar do PNE já podemos observar que o seu compromisso direto era com o desenvolvimento do capitalismo e das forças produtivas no Brasil.

Tendo nos “Pioneiros da Educação Nova” a contradição entre a defesa da educação pública e a relação direta dos “Pioneiros” com a instrução privada. Como no caso de Lourenço Filho, e em algumas biografias dos escolanovista sistematizadas na pesquisa “História das Ideias Pedagógicas no Brasil”, de Demerval Saviani (2010), percebemos que Anísio Teixeira ao mesmo tempo que ocupava cargos públicos de gerência da educação em diversos estados, era também um empresário do ramo de exportações de minério.

Desde sua gênese, o PNE foi pelos seus teóricos, no campo ideológico e na prática, compromissado com a especialização de uma mão de obra voltada as então novas demandas do capitalismo que se desenvolvia no Brasil na década de 30.

(...) antes da revolução se delineava um projeto claro de hegemonia por parte da burguesia industrial (...) e após a revolução, esse projeto de hegemonia tem sequencia, emergindo como um de seus pontos chaves a criação em 1931, do Instituto de Organização e Racionalização do Trabalho (IDORT), que teve como primeiro presidente Armando de Salles Oliveira e como principais dirigentes e colaboradores Roberto Simonsen, Roberto Mange e Lourenço Filho (...) os quais (...) foram signatários do ‘Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova’ (...) o IDORT exerceu influência decisiva na formulação da políticas governamentais em todo período pós revolução de 1930, que se estende até 1945. (...) Roberto Mange e Lourenço Filho atuaram como consultores na elaboração das reformas Capanema 1942 e 1943, das quais resultaram a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). (SAVIANI, 2010, p. 192-193).

Então, no contexto de industrialização do Brasil e de ajustes feitos no intuito de racionalizar cientificamente o processo de produção de riquezas, a educação passa a ser pensada também em conjunto com a ideologia do nacional desenvolvimentismo. Articulada aos aspectos políticos, filosóficos e programáticos do pragmatismo professado por John Dewey, sistematizados nos ideais escolanovistas da “santíssima trindade” do então movimento de renovação da educação voltados para os interesses do capital : Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira.

Já durante o período que compreendeu a ditadura militar no Brasil (1964-1985), o planejamento educacional no país esteve relacionado as determinações da USAID, um departamento de Estado americano ligado à CIA (LEHER, 1998). Demonstrando o claro intuito de defender os interesses da burguesia durante a polarização ocasionada pela Guerra Fria, que dividia o mundo entre as influências socialista e capitalista. O historiador Eric Hobsbawm em *A Era dos Extremos: O Breve Século XX – 1914-1991* assim define o período que foi caracterizado pela Guerra Fria:

A peculiaridade da guerra fria era a de que em termos objetivos, não existia perigo iminente de Guerra Mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual mas não contestado em sua essência. A URSS controlava uma parte do globo, ou

sobre ela exercia predominante influência – A zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra – (...) os E.U.A exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da vasta hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia Soviética” (1995, p.224).

O processo de expansão norte americana em solos latino-americanos pode ser classificado enquanto ação imperialista, aferindo influência econômica e cultural através de projetos educacionais e intervencionistas como a “*Aliança para o Progresso*”. Deixando assim, transparecer a superioridade das ofensivas ideológicas burguesas durante a Guerra Fria, dessa forma “*O imperialismo é pela sua essência econômica, o capitalismo monopolista*” (LÊNIN, 1975, p. 143).

Nesse preâmbulo histórico que busca analisar as raízes do Plano Nacional de Educação, observamos que já temos indícios para considerar que a defesa de um projeto educacional pela esquerda deve caminhar em conjunto com o projeto de um novo modelo de sociabilidade, ainda que seja impossível a concepção de uma educação autônoma em relação ao sistema sócio metabólico do capital.

O atrelamento direto do PNE com os organismos e mecanismos que intensificam os ataques contra a classe trabalhadora deve ser expressamente combatido. Como abordaremos, os objetivos dos organismos multilaterais para a educação no Brasil, como o Banco Mundial, são de criar as condições de

captura de subjetividade através de uma educação que sirva as demandas do capital.

### O Banco Mundial, a LDB e o PNE

Como medida interessante ao predomínio da hegemonia estadunidense foi criado o Banco Mundial. Um organismo multilateral nascido a partir do acordo de Bretton Woods em 1944. Tinha como objetivo atuar em diversos países emprestando dinheiro para a reconstrução europeia no pós guerra. Objetivo que após mutações no processo de acumulação capitalista teve que ser modificado, como veremos.

A USAID se constituiu como um Departamento de Estado dos EUA no processo de implantação da doutrina de contra insurgência nos países da América Latina, e a interferência dessas medidas como prática de caráter genuinamente imperialista. Roberto Leher (1998), afirma que com a crise da década de 1970 as tensões sociais reabriram a lacuna ilusoriamente tapada da possibilidade de uma revolução social. Nessa direção, o BM passa a interferir nas políticas sociais dos países periféricos e *“a educação passa a ser cada vez melhor situada na escala de prioridades do Banco”* (LEHER, 1998, p.21).

A influência do Banco Mundial nas definições de políticas educacionais são dadas através de diretrizes que destacam as necessidades imperiosas do capitalismo, tendo como justificativa a educação enquanto elemento chave no processo de entrada dos países periféricos na lógica de competitividade

do mercado, tencionando o enquadramento do trabalho nos padrões toyotistas.

(...) desde a Conferência Mundial de Educação para Todos, ocorrida em Jomtien na Tailândia, em 1990, quando assinaram e aprovaram a Declaração Mundial sobre Educação para Todos e o esquema de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem (NEBAS), busca-se universalizar o ensino básico e atingir níveis adequados de qualidade nos países periféricos através do alcance de metas e implantação dos quatro pilares da educação (...) (RODRIGUES.J.S e MARTINS. I.S, 2010, p.8)

Conferências Mundiais traduzem o projeto do Banco Mundial. Entre as determinações por ele posta, temos na Conferência Mundial de Educação Para Todos (1990- Jomtien/Tailândia) um marco na definição de estratégias para a educação nos países pobres. Durante a década de 1990, conferências e fóruns derivativos da Conferência de Jomtien foram realizados com o intuito de se reafirmarem as metas para a Educação Primária Universal (EPU). Definindo o papel da educação enquanto *“chave para o desenvolvimento sustentável, a segurança, a paz e a estabilidade dentro e fora de cada país envolvido”* (RABELO, MENDES SEGUNDO e JIMENEZ, 2009, p. 8-9).

As releituras da Teoria do Capital Humano são postas através da teoria das Competências e da Pedagogia do Aprender a Aprender. Onde se justifica a objetivação de uma pedagogia que se pauta exclusivamente em uma formação para o trabalho que contenha a resistência dos trabalhadores através

do aprender a fazer, aprender a ser, aprender a conhecer e também do aprender a empreender.

Uma forte consequência desse processo está na diminuição da ênfase do fator escolaridade, pois o que se torna central é o aprendizado contínuo, e para tanto, o local de trabalho passa a se apresentar como locus de formação profissional. O espaço de trabalho, não é, dessa forma, concebido pelo modelo da competência, como local de aplicação de saberes, e sim, de formalização de saberes práticos. (NOMERIANO, 2007, p. 48)

Os parâmetros atribuídos pelo BM a uma educação que “solucionará os problemas da humanidade” incluem contribuições de empresários, voluntários, sociedade civil organizada e Estado (JIMENEZ, p.21, 2007). No Plano Nacional de Educação Para Todos são definidas metas a serem cumpridas em um prazo de dez anos, a primeira semelhança mais nítida com o nosso Plano Nacional de Educação, que se constitui em um processo similar, na perspectiva de se tentar humanizar o capital.

### Reestruturação Produtiva, Neoliberalismo e Educação

Até aqui temos caminhado observando as adequações da educação às mutações no modelo de produção capitalista. Na década de 1930 foi necessário pensar na formação de uma mão de obra que atendesse ao desenvolvimento da industrialização no Brasil, daí surgia a necessidade de um PNE.

Seguiremos observando os imperativos das dinâmicas de mudança do capitalismo até o desembocar no Plano Nacio-

nal de Educação. Podemos perceber a centralidade do trabalho no desenrolar da história da educação no Brasil, com mais ênfase a partir da década de 1930, mas não o trabalho em seu sentido ontológico, categoria de transformação inerente à sociabilidade humana, mas a centralidade do trabalho em uma concepção de educação atrelada ao desenvolvimento do capitalismo que

se sobrepõe a toda sociabilidade como um movimento independente e autônomo, subjugando todo o conjunto da sociedade e, em tal medida, constituindo-se naquilo que Marx denominou como alienação/estranhamento universal (SOUSA JÚNIOR, 2010, p.25).

A crise que despontou na década de 1970 tem sido responsável pelo complexo de modificações que atingem a sociabilidade humana.

Foi a nova crise do capital a ‘onda longa depressiva’ (Mandel), ou ainda um ‘continuum depressivo’ (Mészáros) — que atingiu os países capitalistas centrais a partir de 1973, que impulsionou nos anos 80 e 90, uma série de transformações sócio históricas que alcançaram as mais diversas esferas do ser social. Surge o que denominamos um novo complexo de reestruturação produtiva, uma ofensiva do capital na produção, que busca atingir um novo patamar de acumulação capitalista, em escala planetária e tende debilitar o mundo do trabalho, promovendo alterações importantes na forma de ser (e subjetividade) da classe trabalhadora” (ALVES, 2005, p.16.).

A reestruturação produtiva desembocou no toyotismo<sup>3</sup>. Dando azo à produção “limpa”, ao “just in time”, e aos “Programas de Qualidade Total”, além de outras determinações que vieram como resposta a crise e que pretendem utilizar padrões que aumentem a produção sem que se aumente o contingente dos trabalhadores.

O neoliberalismo foi Outra resposta dada a crise, articulando as relações de intensificação e precarização do trabalho com a expansão do setor de serviços privados e privatizações de empresas estatais. Tendo como precursores Thatcher e Reagan, efetivando-o na década de 1980. No Brasil, a década de 1990 foi característica da ascensão do Estado neoliberal, iniciada no governo Collor e sequenciada por seus sucessores.

O crescimento do desemprego industrial e da precariedade de emprego e salário não se vinculava apenas às contingências da recessão sobre o governo Collor, mas pertencia, de certo modo, à própria lógica do novo crescimento capitalista sob a era da mundialização do capital. Por exemplo: apesar do aumento relativo dos índices de PIB no país, a partir de 1993 o desemprego cresceu, principalmente nos setores industriais e nos centros urbano-industriais importantes como a Grande São Paulo, onde o processo de reestruturação produtiva tornou-se mais acelerado nas principais indústrias. (ALVES, 2005, p.248)

Temos enquanto elementos importantes à análise do Plano Nacional de Educação a concepção de que na década

<sup>3</sup> Um tipo de acumulação capitalista denominada “flexível” (onde os estoques não são prioridade em comparação ao fordismo).

de 1990 ocorria o *boom* das políticas neoliberais no Brasil: privatizações, Plano Collor, Plano Real e a ofensiva contra a organização da classe trabalhadora mediante os ataques da burguesia aliada ao Estado. É exatamente nesse período que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação será promulgada, mais especificamente em 1996, sendo que um dos artigos irá nos interessar para o aprofundamento de nosso trabalho:

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta lei.

§ 1º A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos. (LDB, 5ed).

Observando que a base da discussão atual do PNE se ergue sob a égide das influências do Banco Mundial na educação, com o seu “projeto-mor” para área, o “Educação Para Todos” e tudo o que reverbera da necessidade de reestruturação produtiva e neoliberal contra a classe trabalhadora. Para entender o caráter de classe do documento, será necessário, compreender o processo de sua gestação, através dos atores sociais e instituições que o criaram.

### **A Conferência Nacional de Educação (Conae) e a Gestação do PNE: à Guisa de Conclusão**

A CONAE é o espaço onde se processam as propostas que definem as metas do Plano Nacional de Educação. Tendo

sido originada entre as décadas de 1920 e 1930, na constituição de 1934, a mesma que tornava necessário o primeiro PNE, é igualmente posta a necessidade de um espaço que produzisse o Plano Nacional de Educação.

A Conferência Nacional de Educação é e foi caracterizada por ser um espaço consultivo, não deliberativo. Retomamos o princípio regido pelo capital que tornou necessário um órgão que discutisse e planejasse a educação no Brasil: A ascensão da burguesia industrial no país, que demandava formulações para uma educação que formasse para o trabalho no Brasil industrial.

A Conferência Nacional de Educação foi pensada no interior da Associação Brasileira de Educação (ABE) de 1924, que contava com a presença majoritária de engenheiros em seus quadros associativos, o que para SAVIANI (2010), explica a introdução da problemática taylorista-fordista nas discussões e propostas da associação.

Observamos que mesmo sendo decretada a ditadura do Estado Novo, em 1936, a CONAE não é abolida. O Ministério da Educação, em documento que considera a importância histórica da conferência na definição de políticas educacionais para o país, sinaliza um dos decretos ditatoriais:

*Parágrafo único. A Conferência Nacional de Educação e a Conferência Nacional de Saúde serão convocadas pelo Presidente da República, com intervalos máximos de dois anos, nela tomando parte autoridades administrativas que representem o Ministério da Educação e Saúde e os governos dos Estados, do Distrito Federal e do Território do Acre. (...). (Do Decreto 15/01/1937)*

Assim, a CONAE, que no pós ditadura passou a ser um fórum tripartite, agregando trabalhadores, movimentos sociais, setores do Estado e empresários vem garantindo a formulação do PNE. Diante desse conchavo, o que deveria ser uma alternativa a classe trabalhadora passa a ser mais uma ilusão que não planejará um educação que esteja a serviço da classe trabalhadora.

Na década de 1990, se articula o Movimento PNE PRA VALER!, no bojo da necessidade que urgia da participação da sociedade brasileira nas definições de políticas sociais. Assim como do fato de que o Plano Nacional de Educação desde a sua idealização, nunca tivera se efetivado. Apenas em 2001 a Lei 10.172/ 2001 que aprovava novamente o Plano Nacional de Educação era instituída, após treze anos da promulgação da nova constituição, em 1988, e após cinco anos da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996.

Dessa forma, se pelos documentos que propõem o PNE deve haver um maior financiamento para uma educação, que como veremos estão em metas que tendem a fazer parcerias com Sistema “S” e precarizar a educação através da oferta massiva de vagas sem dar a devida estrutura as escolas e universidades, ofertar mais vagas no ensino superior em parcerias com instituições privadas.

Concluimos que o atual PNE esbarra nos limites do capital, uma vez que se direciona a uma educação pública que atenderá as demandas da reestruturação produtiva e tira o foco de uma luta que deveria ser em defesa de um Plano Na-



cional de Educação desvinculado do Banco Mundial e constituído pelo conjunto da classe trabalhadora.

### Referências

ALVES, Giovanni. *O Novo e o Precário Mundo do Trabalho*. 4º ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* São Paulo: Cortez, 1995

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro*. IPEA/INPES, Rio de Janeiro: 1988.

CARDOSO, F. H. *Discurso de posse do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso no Congresso Nacional de Brasília*: 1 de Janeiro de 1995.

ENGELS, Friedrich. *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem*. <[http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/F\\_ANGELS.pdf](http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/F_ANGELS.pdf)> Acesso em: 5 de fev. 2012.

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos extremos*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

JIMENEZ, S.V. *Educação, cidadania e emancipação*. Educação e Sociedade, v.28, p.609-613, 2007.

KUENZER, Acácia Zeneida. *Pedagogia da Fábrica*. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

KUENZER, Acácia Zeneide. *Educação e trabalho no Brasil*. Brasília: INEP, 1991.

JUNIOR, Caio Prado. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

LÊNINE, V.I. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Lisboa: Edições Avante, 1975.

*Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. <<http://pt.scribd.com/doc/62559641/LDB-5%C2%AA-EDICAO>>. Acesso em 20 de jan. 2012.

LEHER, Roberto. *Do desenvolvimento à ideologia da globalização*. SP: USP, 1998. (Tese de doutorado).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Porto/São Paulo: Editorial

Presença/Livraria Martins Fontes, 1974.

MENEZES, A.M.D. (Org.); FIGUEIREDO, F.F. (Org.). *Trabalho Sociabilidade e Educação*. 1. ed. Fortaleza: UFC, 2003. v.1.

MENEZES, A.M.D; SOUSA JR. (Org.) *Trabalho, Educação, Estado e a crítica marxista*. Fortaleza, UFC: 2011.

NOMERIANO, Aline Soares. *A educação do trabalhador*. Maceió: EDUFAL, 2007.

Portal MEC. *CONAE, decreto15/01/1937*. <[http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conae/texto\\_conae.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conae/texto_conae.pdf)>. Acesso em 17 de mar. 2012.

RABELO, J.J.; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores; JIMENEZ, M.S.V.. *Educação para Todos e reprodução do capital*. Trabalho Necessário, V. ano 7, p. 1-24, 2009.

SAVIANI, Demerval. *História das ideias Pedagógicas no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Autores Associados, 2010.

SAVIANI, Demerval. Da nova LDB ao novo plano nacional de educação. 2.ed.rev. São Paulo: Autores Associados, 1999.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. 33.ª ed. revisada. Campinas: Autores Associados, 2000.

SOUSA JUNIOR, Justino. *Marx e a Crítica da Educação*. São Paulo: Editora Ideias e Letras, 2010.

SOUSA, Joeline.R. ; MARTINS, I.S. *Cultura de paz: Desdobramentos do Movimento de Educação para Todos no Contexto da Crise estrutural do Capital*. In: 8ª Semana de Humanidades UFC/UECE-II Encontro de Pesquisa e Pós-Graduação em Humanidades, 2011, Fortaleza.

## O CORPO DA PROSTITUTA: ENTRE O DISCURSO, A VIDA COTIDIANA E A EDUCAÇÃO

*José Gerardo Vasconcelos*

Universidade Federal do Ceará — UFC

*Verônica Gomes dos Santos*

Universidade Federal do Ceará — UFC

*Mulher da vida, Minha irmã. De todos os tempos. De todos os povos. Ela vem do fundo imemorial das idades e carrega a carga pesada dos mais torpes apelidos e apodos: Mulher da zona, Mulher de rua, Mulher perdida, Mulher à toa. (CORA CORALINA)*

### Introdução

O Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE) intitula e descreve a profissão das garotas de programa como:

5198-05 — Profissional do sexo: Garota de programa, Garoto de programa, Meretriz, Messalina, Michê, Mulher da vida, Prostituta, Trabalhador do sexo.

Na descrição sumária, encontra-se: Buscam programas sexuais; atendem e acompanham clientes; participam em ações educativas no campo da sexualidade. As atividades são exercidas seguindo normas e procedimentos que minimizam a vulnerabilidades da profissão.

A presença da profissão na Classificação Brasileira de Ocupações — CBO, gerou algumas polêmicas no país,